

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS – PUC GOIÁS
MESTRADO EM DIREITO, DESENVOLVIMENTO E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
DISCIPLINA: FILOSOFIA, MULTIDISCIPLINARIDADE E RESPONSABILIDADE
PROF. DR. HAROLDO REIMER
2010.1

TEXTO DA SESSÃO Nº 2

GENEALOGIA FILOSÓFICA (Platão e Aristóteles)

“A verdadeira filosofia é reaprender a ver o mundo” (Merleau-Ponty)

“O que pretendo sob o título de filosofia, como fim e campo das minhas elaborações, sei-o, naturalmente. E contudo não o sei... Qual o pensador para quem, na sua vida de filósofo, a filosofia deixou de ser um enigma? ... Só os pensadores secundários que, na verdade, não se podem chamar de filósofos, estão contentes com as suas definições” (Edmund Husserl)

AFIRMAÇÃO DE UMA GENEALOGIA

Há um acordo no Ocidente acerca da afirmação de que aquilo que chamamos de Filosofia nasceu entre os gregos, no chamado período clássico, entre os séculos V e IV a.C. Este nascimento da Filosofia está ligado, por um lado, com os chamados filósofos pré socráticos e, por outro lado, com o clássico triunvirato marcado com Sócrates, Platão e Aristóteles. Aí o Ocidente europeu, nomeadamente da Modernidade, localiza os ancestrais para a construção da genealogia da sua própria história do pensamento. Para a auto compreensão do europeu iluminista e moderno, há uma ligação direta e umbilical entre Europa e este momento na Grécia antiga. Lá estariam lançadas as bases da democracia ocidental, mas especialmente também os fundamentos para o pensamento científico ocidental, especialmente com o chamado ‘pensamento lógico’, marcado pela lógica aristotélica.

A história desta marcante origem do Ocidente pode ser dividida grosso modo nas seguintes fases¹:

- **Civilização micênica** - desenvolve-se desde o início do segundo milênio a.C. e tem esse nome pela importância da cidade de Micenas, de onde, no século XII a.C., partem Agamemnon, Aquiles e Ulisses para sitiar e conquistar Tróia.
- **Tempos homéricos (séculos XII a VIII a.C.)** - são assim chamados porque nesse período viveu Homero (século IX ou VIII). Na fase de transição de um

¹ Esquema baseado em Maria |Lúcia de Arruda ARANHA e Maria Helena Pires MARTINS, *Filosofando: introdução à filosofia*. São Paulo: Moderna, 2 ed. 1993, p. 62.

mundo essencialmente rural, o enriquecimento dos senhores faz surgir a aristocracia proprietária de terras e o desenvolvimento do sistema escravista.

- **Período arcaico (séculos VIII a VI a.C.)** - grandes alterações sociais e políticas com o advento das cidades-estados (*polis*) e desenvolvimento do comércio e conseqüente movimento de colonização.
- **Período clássico (séculos V e IV a.C.)** - apogeu da civilização grega. Na política, expressão da democracia ateniense; explosão das artes, literatura e filosofia. Época em que viveram os sofistas, Sócrates, Platão e Aristóteles.
- **Período helenístico (séculos III e II a.C.)** - decadência política da Grécia, com o domínio macedônico e conquista pelos romanos. Culturalmente se dá a influência das civilizações orientais.

Sem em momento algum negar a enorme importância da contribuição dos pensadores gregos para os avanços no mundo ocidental, deve-se sempre em conta que na breve história da humanidade após a última era glacial, cujo fim está marcado para aprox. 10.000 a.C., a Grécia antiga é uma expressão cultural de uma humanidade espalhada pelo planeta a partir da migrações daquele “Colombo negro” saído das estepes africanas muitos séculos antes. Entre outros espaços, no mesmo período a partir de 5.000 a.C. dá-se o desenvolvimento de civilizações fluviais, localizadas nos vales férteis de rios importantes: Egito, Mesopotâmia, Índia e Paquistão, China. Há também civilizações nas montanhas como os Astecas e os Incas, na América pré espanhola. Em cada um destes espaços geográficos, o gênio humano, em suas interações distintas com o ambiente e com os outros grupamentos humanos no entorno, deu vazão às possibilidades da criatividade e do pensamento derivados de um desenvolvimento anterior relacionado com o próprio processo evolutivo mais ou menos comum da espécie humana: o crescimento do cérebro. Com isso está colocada a tese de que o desenvolvimento da racionalidade humana tem a ver com as múltiplas interações com o ambiente e com outros grupamentos humanos, especialmente na busca da superação de desafios, desejos e projetos. Em cada grupamento humano se dão processo diferenciados do desenvolvimento da Inteligência humana. Hoje é errôneo, por exemplo, a partir da perspectiva de Boaventura Souza Santos ou Edgar Morin, considerar essa diversidade dentro de uma hierarquia classificatória, como foi o caso na chamada antropologia evolucionista do século XIX.

Diferente do que as grandes civilizações fluviais dos vales, a Grécia antiga é uma “civilização do mar”, marcante dentro do âmbito do Mar Mediterrâneo. Pela própria localização geográfica e natural deste mar e por causa da diversidade de culturas e riquezas naturais, no mundo mediterrâneo antigo foi possível a existência de desenvolvimentos não registrados assim em outros espaços. Reconhece-se a importância própria do desenvolvimento no mundo grego, mas procura-se vê-lo no contexto de outros desenvolvimentos.

A isso se acrescenta um dado a mais: a construção de uma genealogia tem a ver com um processo axiológico, de atribuição de valor a determinado elemento ancestral muitas vezes em desfavor de outros. O exemplo prosaico é a árvore genealógica: dificilmente alguém faz inscrever em sua árvore genealógica algum parente ancestral

considerado “ovelha negra” da família. Inscreve-se aqueles que outorgam brilho e glória à história própria que se quer constar. Isso é um princípio no campo da Hermenêutica, que se poderia chamar de “princípio da seletividade”.

Em época contemporânea foi especialmente o alemão Hans Georg Gadamer (1900-2002) quem chamou a atenção para esse fenômeno sob a rubrica de “história efetual”. Para Gadamer, a recepção de uma tradição ou de um conteúdo do passado não está isento de interesses que lhe são aplicados a partir do lugar em que se promove a recepção, a incorporação e a transmissão. Quando alguém se dirige ao passado para lá “encontrar” determinada tradição, esse movimento é orientado por interesses próprios no processo de recepção. Pode-se falar aí de uma ‘estética da recepção’ ou de uma ‘política da recepção’ (ver Stückrath). O modo como uma tradição vai sendo recepcionada e retrabalhada em um novo contexto cultural e histórico vai deixando marcas, que podem ser chamadas de ‘efeitos históricos’. A própria recepção bem como a tradição se situa no horizonte da historicidade, sendo, portanto, produto histórico determinado. A tradição de base acaba recebendo e incorporando os substratos das interpretações posteriores, gerando algo como uma “reserva de sentido”

No caso da construção da ancestralidade genealógica dos gregos para os europeus ou para os ocidentais como um todo, isso significa que se busca aí, nestes ancestrais, os fundamentos da própria auto compreensão ou da própria identidade. Somos assim ocidentais com cabeça grega. Nossa cabeça não é egípcia, nem mesopotâmica, nem chinesa, nem indiana, e muito menos asteca ou inca. A nossa ancestralidade grega é um ato de vontade, ademais, é claro, de contingências históricas no próprio processo de desenvolvimento no ocidente. Na seletividade, há elementos que podem ser suprimidos ou ofuscados, dando maior visibilidade àqueles que interessam para a construção. No seu todo, trata-se aí de algo que Max Weber chama de “afinidade eletiva”, conceito criado a partir da suposta afinidade entre capitalismo e espírito protestante.

OS CONTEÚDOS DA RECEPÇÃO: O SENSO COMUM DA TRADIÇÃO

A professora Maria José Esteves de Vasconcellos, em seu livro *Pensamento sistêmico*, expressa resumidamente a importância da contribuição e marca, simultaneamente, um certo consenso a respeito:

“Pode-se considerar que um momento privilegiado e único na história da humanidade, que ocorreu na Grécia Antiga, entre os séculos VIII a.C. e VI a.C., foi a chamada “descoberta do *logos*”, “descoberta da razão”, ou “salto do mito para o *logos*”. Ou seja, o reconhecimento, pelos gregos, de que a razão, a alma racional, pode ser usada como instrumento de conhecimento do mundo, das coisas. Domingues considera a “descoberta do *logos*” como o fato maior da *episteme* ocidental” (p.53).

Algumas coisas podem ser destacadas: o advento da filosofia tem a ver com um salto do mito para o logos, a razão; há uma ênfase na racionalidade; filosofia é grega.

Esta última idéia, isto é que a filosofia é grega, é expressamente desenvolvida nos manuais de Filosofia, podendo ser encontrado por exemplo em Marilena Chauí em seu *Convite à Filosofia*:

“... Filosofia é um modo de pensar e exprimir os pensamentos que surgiu especificamente com os gregos e que, por razões históricas e políticas, tornou-se, depois, o modo de pensar e de se exprimir predominante da chamada cultura européia ocidental da qual, de decorrência da colonização portuguesa no Brasil, nós também participamos. Através da Filosofia, os gregos instituíram para o Ocidente europeu as bases e os princípios fundamentais do que chamamos razão, racionalidade, ciência, ética, política, técnica, arte.” (p. 21).

Visto desta forma, poder-se-ia dizer que esta ‘filosofia grega’ é a constituinte do que mais tarde se chamará a “matriz eurocêntrica”. Isto é, por meio da recepção e potencialização destes elementos filosóficos provindos da Grécia antiga, constituiu-se uma matriz classificatória que tem nos valores greco-europeus o seu ponto de referência, e em relação ao qual todo o restante é medido. Isso é a ‘matriz eurocêntrica’. Influências provindas de fora deste eixo eurocêntrico praticamente não tem acolhida e importância. Por isso há, em geral, o maior pudor em falar em filosofia africana (circularidade), filosofia hindu (universo em constante movimento), ou filosofia chinesa (ying + yang). Há a insistência na ‘descendência nobre’ do pensamento ocidental; e esta nobreza é localizada na Grécia antiga.

Vou tratar de expor alguns destes “princípios fundamentais” da filosofia grega. Claro, trata-se de recortes, tendo em vista mais adiante no programa os tópicos sobre multidisciplinaridade, complexidade e crítica da razão indolente. Trato de apresentar, para depois fazer algumas considerações críticas.

Quando falamos, seguindo Marilena Chauí, que a ‘filosofia’ é grega e que os gregos antigos provocaram um processo de ruptura com um tipo de pensamento anterior, muito baseado numa cosmovisão mítica, devemos com isso reconhecer mais claramente que dentro da cultura da Grécia antiga houve pensadores que com suas idéias fizeram provocações e, em alguns casos, conseguiram colocar suas idéias em prática. Isso significa dizer que não é ‘a’ cultura grega em si que promoveu toda essa ‘ruptura’ ou ‘salto’. As rupturas são pontuais.

Como um todo, a cultura grega dos tempos clássicos é uma cultura mítica ou religiosa, que tem por exemplo na *Teogonia* de Hesíodo ou na *Odisséia* ou na *Ilíada* de Homero uma condensação literária de elementos marcantes da cultura oral grega. As representações fundamentais da estruturação axiológica da cultura grega estava marcada por tais relatos, mitos, narrativas, que fundamentalmente eram apresentados, recitados, como formas de intervenção social para a sedimentação dos valores por meio a atuação dos chamados *aedos*, uma espécie de artistas ou poetas populares. Aquilo que estava representado em tais relatos em boa medida constituía o imaginário grego, isto é, performava o conjunto das representações que norteavam o modo de pensar e a prática social dos gregos.

Entre os chamados filósofos pré socráticos (anteriores a Sócrates – séc. IV) vigoram também concepções que entendem o universo, o mundo, o real como estando

envolto em um constante devir e um eterno retorno, tendo tudo o que existe (*holos*) sua origem última uma força criadora, o divino. Exemplos:²

Heráclito: “Os anéis mais estreitos estão cheios de fogo sem mistura; os seguintes estão cheios da noite, mas entre ambos está projetada a parte de fogo; no centro destes (anéis) está a divindade que tudo governa; pois em tudo ela é o princípio do cruel nascimento e da união, enviando o feminino a unir-se com o masculino, como, ao contrário, o masculino com o feminino. Em primeiro lugar criou entre todos os deuses a Eros..”

Parmênides: “Ainda outra coisa te direi. Não há nascimento para nenhuma das coisas mortais, como não há fim na morte funesta, mas somente composição e dissociação dos elementos compostos: nascimento não é mais do que um nome usado pelos homens”.

Trata-se aí ainda de cosmovisão mítica. Retornaremos mais adiante ao tratar de mito em Platão, basicamente buscando defender a concepção de que o mito é uma forma de conhecimento diferenciada da racionalidade lógica.

O mérito dos filósofos constitutivos da ancestralidade genealógica da matriz eurocêntrica está em expressar aquilo que viria a se tornar constitutivo da filosofia: a primeira virtude filosófica é *admirar-se*. A admiração, o espanto, o inquirir crítico diante da realidade marca o início do filosofar. A sua continuidade está marcada com outra virtude da filosofia que é a expressão das respostas suscitadas pelo espanto por meio de juízos sobre objetos da realidade ou sobre a realidade como um tal. Esses juízos são encadeados de forma lógica, em relação de causalidade, de modo a constituir uma reflexão de conjunto sobre o objeto ou a realidade. Isso, porém, não se faz somente de modo descritivo, mas também de forma axiológica no sentido de conferir sentido à experiência e ao conhecimento. Em perspectiva filosófica, por ser visão de conjunto, há sempre uma tendência para a interdisciplinaridade.

Uma das preocupações recorrentes no triunvirato ancestral da filosofia é a busca pela superação da *doxa*, isto é, da opinião ou senso comum como forma de conhecimento. A *doxa* não é um conhecimento revelado, mas apóia-se nas sensações e não necessariamente no raciocínio exercido sobre as sensações. Baseia-se em informações que chegam aos sentidos, ficando colada na aparência das coisas, não devendo, segundo esta tríade filosófica, ser considerado conhecimento seguro sobre as coisas ou objetos. A *doxa* / ‘opinião’, é um pseudo conhecimento. Ela apenas abre caminho entre ignorância (falta de conhecimento) e o conhecimento, que proviria da reflexão lógica ou científica sobre o objeto, ou da demonstração por meio da constituição da prova. O resultado deste processo é a afirmação da “verdade”, que é a correspondência entre a idéia e o objeto, expressa na forma de um enunciado ou juízo.

PLATÃO

Platão: nascimento 428 a.C. ; de família aristocrática, de Atenas; tinha ambições políticas; tentou em vão ganhar prêmios com retórica e literatura; foi ser aluno de

² Retirados de Gerd Bornheim, *Os filósofos pré-socráticos*, p. 26ss.

Sócrates (este foi condenado à morte em 399 a.C.; além de Sócrates, estudou com outros pensadores da época: Euclides, Teodoro (matemático) em Cirene, norte da África; Sicília (sul da Itália), entrando em contato com Pitágoras, em Crotona, com quem aprendeu que tudo poderia ser explicado em termos de números, ajudando na formulação da teoria das idéias ou das formas; atendeu convite de Dionísio, o velho, de Siracusa (Sicília), para com ele filosofar; por causa de divergência com ele, foi vendido como escravo; foi resgatado por amigos; em 386, Platão compra lote de terras em Atenas e monta a sua “Academia”, a chamada “primeira universidade do mundo”; consegue alunos, sendo, depois, Aristóteles um dos mais famosos. Com a morte de Dionísio, o velho, em Siracusa, assumiu o poder em Siracusa Dionísio; a pedido deste, Platão, aos 71 anos, tenta com ele implementar seu ideal de República: o governo do filósofo para gerar a felicidade para todos. A investida fracassa. Morte em 348 a.C., em Atenas.

Platão escreveu, principalmente, na forma de **diálogos**. Esses escritos podem ser agrupados em três grupos, seguindo-se critérios estilísticos e de conteúdo, e considerando-se as fases de atuação do filósofo:

- Obras da fase inicial: *Apologia*, *Charmides*, *Euthydemos*, *Euthyphron*, *Górgias*, *Hippias minor*, *Ion*, *Crátilo*, *Criton*, *Laques*, *Lysis*, *Menexenos*, *Menon*, *Fédon*, *Protágoras*, *Banquete (symposion)*
- Obras do período médio: *Parmênides*, *Fedro*, *República (Politeia)*, *Teeteto*
- Obras do final da vida: *Kritias*, *Leis (Nomoi)*, *Philebos*, *Político*, *Sofista*, *Timeu*

1. *Hípias menor*: trata do agir humano;
2. *Primeiro Alcibíades*: trata da doutrina socrática do auto-conhecimento;
3. *Segundo Alcibíades*: trata do conhecimento;
4. *Apologia de Sócrates*: relata o discurso de defesa de Sócrates no tribunal de Atenas;
5. *Eutífron*: trata dos conceitos de piedade e impiedade;
6. *Crítion*: trata da justiça;
7. *Hípias maior*: discussão estética;
8. *Hiparco*: ocupa-se com os conceitos de cobiça e avidez;
9. *Laques*: trata da coragem;
10. *Lísis*: trata da amizade/amor;
11. *Cármides*: diálogo ético;
12. *Protágoras*: trata do conceito e natureza da virtude;
13. *Górgias*: trata do verdadeiro filósofo em oposição aos sofistas;
14. *Mênnon*: trata do ensino da virtude e da rememoração (anamnese);
15. *Fédon*: relata o julgamento e morte de Sócrates e trata da imortalidade da alma;
16. *O Banquete*: trata da origem, as diferentes manifestações e o significado do amor sensual;

17. *Fedro*: trata da retórica e do amor sensual;
18. *Íon*: trata de poesia;
19. *Menêxeno*: elogio da morte no campo de batalha;
20. *Eutidemo*: crítica aos sofistas;
21. *Crátilo*: trata da natureza dos nomes;
22. *A República*: aborda vários temas, mas todos subordinados à questão central da justiça;
23. *Parmênides*: trata da ontologia. É neste diálogo que o jovem Sócrates, a personagem, defende a teoria das formas que é duramente criticada por Parmênides;
24. *Teeteto*: trata exclusivamente da Teoria do Conhecimento;
25. *Sofista*: diálogo de caráter ontológico, discute o problema da imagem, do falso e do não-ser;
26. *Político*: trata do perfil do homem político;
27. *Filebo*: versa sobre o bom e o belo e como o homem pode viver melhor;
28. *Timeu*: trata da origem do universo;
29. *Crítias*: Platão narra o mito de Atlântida através de Crítias (seu avô); é um diálogo inacabado;
30. *Leis*: aborda vários temas da esfera política e jurídica. É o último (inacabado), mais longo e complexo diálogo de Platão;
31. *Epidômite*
32. *Epístolas*: Cartas (dentre as quais, somente a de número 7 (sete) é considerada realmente

O método platônico:

- ▶ Dialética: arte de perguntar e responder aplicada ao exame da essência da coisa cuja definição é procurada
- ▶ “Método divino” (A República)
- ▶ Dialética ascendente (intuição pura)
- ▶ Dialética descendente (definição gradual)

Dialética ascendente:

- ▶ 1ª etapa: imagens ou opiniões
- ▶ 2ª etapa: definição provisória (definição nominal => dentre a variedade toma-se uma opinião que é analisada para chegar a uma definição)
- ▶ 3ª etapa: divisão dicotômica e a essência: de posse de uma primeira definição, procede-se à divisão dialética (= separação dos opostos) para situar adequadamente a coisa em seu gênero
- ▶ 4ª etapa: a ciência (episteme): de posse da delimitação do objeto chega-se à sua definição real (o que é X o que não é)

“A dialética é uma ascese espiritual sob dois aspectos inseparáveis: purifica nossa alma (elimina imagens e opiniões sensíveis para fazê-la ascender à pura *noésis*, ao conhecimento intelectual) e purifica a essência (elimina seus “parentes” e “rivais” para que possa ser intuída, na dialética ascendente, e definida, na dialética descendente. Por superar desordem e conflito, ordenando por separação e reunião, distinguindo o verdadeiro e o falso, a dialética é uma *therapia*, uma terapia da alma contra o veneno e a máscara do *phármakon* retórico” (Chauí, Introdução à história da filosofia, v. 1, p. 285).

Por meio do método dialético, é possível fazer distinção clara entre “verdade” e “erro”. O erro é uma falha involuntária da predição ou um engano involuntário do juízo e cuja causa é a confusão entre o sensível e o inteligível ou o desconhecimento da essência inteligível. O “falso” é o erro deliberado ou voluntário.

Verdade: é o juízo correto, aquele que afirma da idéia o que ela é (seu ser) e nega-lhe o que ela não é (seu não-ser); “é a percepção intelectual da delimitação de uma essência, ou seja, o conhecimento de sua identidade, da diferença entre ela e outras e da ausência de contradição entre seus predicados” (Chauí, Introdução, p. 288).

Idéia: “é um princípio lógico, ontológico, epistemológico e causal que garante a inteligibilidade do mundo, a verdade das coisas e do conhecimento, a perfeição ou justeza das ações morais, políticas e técnicas” (Chauí, Introdução, p. 290).

Teoria da alma

Diferentes abordagens nos diversos escritos de Platão.

Ponto de partida: *Timeu*: o mundo é um cosmo, uma totalidade ordenada e coerente, porque é um organismo vivo ou vivente, ou seja, é animado, possui “alma” (psique). Psiqué é vida ou o princípio vital que anima um ser ou lhe dá vida e, porque a é movimento ou mudança, *psiqué* é o princípio da auto-atividade e da auconservação do cosmo. Psiqué é a Alma do mundo. O mundo foi fabricado por um demiurgo. Este também fabricou a alma humana e a colocou num corpo. Participando da Alma do mundo, a alma humana individual, além de ser o princípio vital do corpo, está destinada por natureza ao conhecimento. No *Timeu*, todos os seres possuem “alma”.

Fedro: somente um deus poderia definir a essência da alma, enquanto os homens podem apenas oferecer uma imagem aproximada dela por ser tão diferente do corpo e das coisas. Mito “Cocheiro” => Inicialmente, fragmentos da Psiqué do mundo permaneceram junto à abóboda celeste do universo, de onde contemplavam a verdade ou as idéias. Com o movimento circular ou rotatório do universo, esses fragmentos foram se desprendendo da abóboda do universo e, numa longa queda, ao encontrar fragmentos de matéria, nela fizeram pousada. O conjunto de uma psique e a matéria (sema) se chama corpo ou homem (soma). “A alma humana é, pois, uma natureza intermediária entre o divino e o mundo, destinada ao conhecimento, mas por sua ligação com o corpo também pode cair no erro e ser arrastada pelas paixões, que a distanciam de sua destinação natural. Psiqué é o princípio da vida mental e espiritual ou o princípio cognoscente.” (Chauí, Introdução, p. 291). No *Fedro*, somente os humanos são dotados de “alma”.

A obra *A República* é uma das mais importantes e a mais programática.

Platão desenvolveu a chamada ‘teoria das idéias’ que está muito bem representada na alegoria da caverna, em geral designada erroneamente de mito da caverna. A cena é simples: pessoas acorrentadas numa caverna, de frente para a parede, enxergam somente sombras projetadas na parede daquilo que se passa no mundo externo. Estas sombras são consideradas como o conhecimento sensorial ou sensível, que só parcialmente constituem uma percepção da realidade, da idéia em si.

O processo de conhecimento representa a progressiva passagem das sombras e das imagens turvas rumo ao luminoso do mundo das idéias, atravessando-se etapas intermediárias. Cada fase encontra sua solução na seguinte. O que não é visto claramente no plano sensível, só podendo ser objeto de conjectura, transforma-se em objeto de crença quando se tem condição de percepção nítida. Assim, um animal percebido na escuridão e visto na claridade como semelhante a um gato ainda não é a idéia acabada; pertence ainda ao domínio da crença (*pístis*). Uma certeza de que o animal visto é de fato um gato só pode vir com a demonstração racional, dando-se no conhecimento inteligível. No plano sensível, o conhecimento não ultrapassa o nível da opinião, da plausibilidade. A primeira etapa do conhecimento é representado pela *dianoia*, que é um conhecimento discursivo, lógico e mediatizador, que estabelece ligações racionais: é o conhecimento típico das matemáticas. Mas este ainda não constitui o nível mais elevado do conhecimento, conforme Platão. O ápice da ciência ou do conhecimento está marcado com a *noesis*, a pura reflexão teórica dialética, que eleva a reflexão ao nível das Idéias, ou leva o sujeito das reflexões a ter contato com o mundo das Idéias, pré existente. Aí se vislumbra a verdadeira essência, ou a forma ideal de qualquer conhecimento. No mundo das idéias há uma hierarquia, na qual a idéia de Bem ocupa o ponto climático. Mas quem verdadeiramente consegue 'contemplar' a realidade transcendente do Bem, ou a idéia do Bem, é o filósofo. Por isso, em *A República*, Platão defende que o governo do Bem é o fundamento para a felicidade de todos, devendo um filósofo assumir a titularidade do governo.

Na sua *A República*, Platão esboça uma série de idéias consideradas muitas vezes como utopia. No governo ideal da "república" não haveria propriedade privada ou casamento; as crianças seriam tiradas de suas mães logo após o nascimento e educadas comunitariamente ou sob os cuidados de pedagogos contratados, recebendo educação em ginástica, música, especialmente as músicas cívicas. Aos chegar aos 20 anos, haveria uma seleção entre os jovens; a 'ralé', que evidenciou pouca aptidão estaria destinada a cumprir tarefas laborais menores, ajudando a manter o sustento da comunidade. Os melhores alunos, contudo, continuariam a estudar aritmética, matemática, geometria, astronomia por dez anos. Aí haveria outra seleção, sendo os menos aptos destinados às funções superiores do exército. Somente a *creme de La creme* poderia aspirar às funções superiores de governo. Aí já estaria diante de verdadeiros filósofos, visto que eles teriam ascendido ao nível reflexivo mais elevado, entrando em contato com o mundo das idéias.

A própria idéia platônica do mundo das idéias está relacionada com sua concepção dualista de ser humano. O ser humano seria composto de uma junção acidental de corpo (*soma*) e espírito ou alma (*psiche*). A psiquê seria provinda do mundo ideal, do reino das Idéias, para onde ansiaria voltar o mais breve possível. Por isso, Platão tinha a idéia pessimista em relação ao corpo. O corpo (*soma*) seria a sepultura (*sema*) da *psiche*. Essas idéias, por extensão e recepção, acabaram dando origem ao chamado "dualismo ocidental", tão característico na tradição cristã medieval.

Em *A República*, Platão também esboça a sua arquitetura social para o bom governo. Três classes sociais estariam incumbidos do governo. Os proprietários de terra estariam encarregados do provimento material da cidade ou república; os militares estariam a cargo da defesa da cidade e, finalmente, os magistrados, versados em Filosofia, seriam os governantes. Entre estes se formaria a 'democracia', isto é a reunião pública dos homens livres. Numa classe inferior estariam os escravos,

obviamente excluídos da democracia, e responsáveis pelo efetivo exercício das atividades laborais. Democracia grega é, aqui, o verso da medalha da escravidão.

Com estas três classes, Platão conseguiu estabelecer um *link* em termos de constituição pela psiché. A ‘alma’ ou em grego psiché se manifesta ou se aloca em modos diferenciados nas distintas classes, atingindo sua manifestação mais elevada na classes dos filósofos, a elite, a *creme de la creme*. Os escravos, na malha inferior da sociedade, estariam praticamente excluídos da manifestação da psiché, pois essa gente somente se preocuparia com as manifestações sensoriais, sem buscar e sem conseguir a ascensão à uma escala mais elevada.

A *República* de Platão tem sido considerada obra de referência na recepção seletiva das idéias filosóficas gregas. Aí estaria esboçado o ideal de um governo dos melhores. Para a consecução deste ideal deveria haver um escalonamento do processo educativo. Uma das primeiras providências a serem tomadas na república ideal é o controle da mitologia. Não se trata pura e simplesmente de superar o estágio mitológico, sempre considerado inferior ao racional, mas o exercício de um controle sobre a produção.

Marcel Detienne não poupa *A República* em suas críticas. Apresenta-a na condição de uma programa de controle radical da cidade, por meio de uma estratégia de manipulação das consciências. Uma vez implantado, o programa garantiria o absoluto controle de pensamento e comportamento de todos os cidadãos.

Segundo Marcel Detienne, o programa de *A República*, com desdobramentos importantes nas *Leis*, fundamentava-se num processo educativo de três abordagens. Numa primeira abordagem, os *lógoi*, ou discursos, nos quais se consubstanciavam as normas que se queriam fazer implantar. Numa segunda abordagem, os *mûthoi*, cuja função era legitimar miticamente aquelas normas. Finalmente, numa terceira abordagem, os *ōidaí*, os cantos, cuja função era tornar subjetivamente relevantes os conteúdos constantes dos *lógoi* e dos *mûthoi*.

Segundo Marcel Detienne, os conteúdos constantes de cada um dos “três estágios da produção mitológica” (DETIENNE, p. 177) tinham por objetivo “persuadir, enfeitiçar, encantar: esta seria a única política do mito na cidade dos filósofos” (p. 173). Em última análise, tratar-se-ia de um “encantamento cujo poder é tão espantoso que a cidade encantada faz ouvir uma única e mesma voz” (p. 183s).

Para que fique claro a percepção que Marcel Detienne tem de *A República* e das *Leis*, observe-se o seguinte extrato:

Os responsáveis por *A República* determinam o procedimento a ser utilizado em matéria de ‘mitologia’ em função deste modelo revelado por sua clarividência: caberá aos filósofos modelar os ‘tipos’, em conformidade com as ‘leis’, segundo as quais, os artesãos do Estado, poetas oficiais, terão a missão de fabricar os ‘mitos’ destinados a serem estampados na alma dos futuros cidadãos. E a fim de que estas histórias exemplares marquem cada um de maneira ‘irreversível e imutável’ (Detienne cita *A República*, II, 378 e 1), os velhos e as velhas serão obrigados a repeti-las para as crianças, a derramá-las nos ouvidos dos bebês (Detienne cita *A República*, II, 378, d 1-3). Do cume à

base, do filósofo à ama-de-leite, os 'mitologemas' indispensáveis à saúde da cidade, serão ditos e repetidos (Detinenne, p. 176s).

Para que não haja interferência de qualquer ordem, o programa prevê a expulsão dos poetas ambulantes indesejáveis, porque seus discursos conspiram contra o efeito premeditado e único da mitologia oficial. Os *aedos*, artistas populares, não mais poderiam apresentar suas percepções e análises em seus mitos.

Nesta fase da Grécia clássica há uma ênfase cada vez maior na escrita.

Trata-se, nesta perspectiva, da construção de mitos politicamente controlados, dando origem ao que hoje se poderia chamar de 'mitologia política'. Ver Marilena Chauí, *Brasil : mito fundador e sociedade autoritária* (São Paulo: Perseu Abramo, 2000).

MITO

Quase como um despropósito, pode-se aqui citar o poeta português Fernando Pessoa: "O mito é o nada que é tudo".

No senso comum, a palavra 'mito' é geralmente associada a algo ligado ao mundo da fantasia, a coisa que não existe na realidade. Lenda ou fantasia podem ser seus correlatos no vernáculos. Este sentido está estampado na maioria dos dicionários. Bastante comum também é a confusão com 'ícone'. Assim, por exemplo, quando alguém diz "Airton Senna foi um mito do automobilismo" ou "Elvis Presley foi um mito do rock" está, no fundo, dizendo que tal pessoa foi um ícone, um marco, um caso exemplar. Recentemente o termo foi aplicado também a Michael Jackson! Como haveremos de ver, o uso da palavra 'mito' nesta forma de falar, apesar da aplicação errônea, recolhe opiniões formadas em momentos distintos da história.

Quanto à origem e à afirmação do senso comum pode-se, grosso modo, estabelecer três momentos constituintes:

- **Grécia antiga** - Naquele período considerado formativo e formador da mentalidade típica do pensamento ocidental detecta-se uma gradativa superação da linguagem mitológica por discursos com ênfase na racionalidade. Fala-se aqui da superação do *mythos* pelo *logos*. A linguagem mítica é identificada como dominante por exemplo nos escritos de Homero, o qual recolhe e dá forma escrita às narrativas tradicionais dos gregos, cantando e decantando seus deuses e heróis. Filósofos como Platão e mesmo Aristóteles, como portadores da linguagem lógica, são vistos aí como contraponto e corretivo a uma forma tradicional e arcaica de pensar. O *logos* superaria o *mythos* num procedimento emblemático para um futuro que deve estar pautado pela racionalidade como seu ápice. Homero está aqui para o lendário enquanto Platão está para a ciência o verdadeiro conhecimento.

- **Início da história do cristianismo** (séculos III a V) - Identifico um segundo momento da afirmação do mito como lenda ou ilusão nos tempos em que o

cristianismo começa a se consolidar como expressão dominante quando começa o seu processo de expansão, indo ao encontro e de encontro a outras culturas. Neste processo os chamados “pais da igreja” ou “padres da igreja” desempenham um papel importante. Primeiramente travam lutas internas contra aqueles que defendiam doutrinas distoantes do credo que gradativamente ia se tornando oficial ou mesmo contra os ataques à fé cristã. Estes recebem não raras vezes a adjetivação de portadores da ‘mentira’. Em outro momento, encetam pelo caminho da apologia e afirmação de nova crença, ratificada como conhecimento verdadeiro. Assim, estes construtores do edifício da instituição que se tornaria dominante no Ocidente por muitos séculos, a Igreja, afirmam os conteúdos [canônicos!] da Bíblia são ‘verdadeiros’ e as narrativas dos povos como mitos ou ‘fabulosas’.³ Especialmente a partir do século V, já na era da ‘virada constantiniana’, e no afã da cristianização dos povos na lógica do império, os conteúdos do cristianismo são ‘a verdade’ e as narrativas fundantes dos povos são mito, fábula ou lenda, grandezas a serem superadas pela luz da Verdade cristã. As sínteses teológicas emanadas dos concílios, além dos textos escriturísticos, passaram a receber a chancela de ‘verdade’.

- **Positivismo francês** (século XIX) - Um terceiro momento construtor da idéia de mito com fábula ou lenda identifico no século XIX em relação com o positivismo francês de Auguste Comte. Aí se verifica uma ênfase quase absoluta na racionalidade: “nada acima da razão, nada abaixo da razão, somente a razão”. A razão, o *logos* com aura de cientificidade, passou a ser vista e afirmada como o caminho salvífico de grandes parcelas da humanidade ainda imersas nas sombras da caverna do conhecimento.

Eventualmente posso estar simplificando na esquematização destes três momentos formativos da idéia de mito como ilusão, lenda, fábula, distinta da verdade lógica e científica. No ideário ocidental, contudo, estes três momentos desempenham um papel importante na formação daquilo que costuma-se chamar de “pensamento ocidental”, no qual a razão ocupa os degraus superiores da escada do conhecimento. Aquilo que indiquei representa de certo três momentos de expansão para a formação de novas ‘colônias’ e da colonização do imaginário. Especialmente marcante foi a terceira fase, quando o conceito positivista de racionalidade passou a ser funcionalizado no contexto da chamada ‘antropologia evolutiva’ do século XIX. Na lógica desta antropologia em seus alvorecer enquanto disciplina acadêmica, um dos propósitos fundamentais era o mapeamento e a classificação dos diferentes povos encontrados pelos europeus no curso das descobertas no século XVI, mas especialmente também das novas descobertas durante o século XVIII e XIX, como por exemplo significativas partes da Oceania. No encontro com estes diferentes, eclipsados em seus contextos por imposições da própria natureza, tratava-se de estabelecer a supremacia da lógica ocidental eurocêntrica, partindo-se claro de uma lógica classificatória que andava de mãos dadas com o próprio poder colonial. Afirma um pesquisador da questão: “Os povos do Novo Mundo , aqueles que teriam sido descobertos, foram apresentados, inscritos para os europeus de acordo com modos de classificação vigentes na Europa [...] Aí temos a primeira das práticas que

³ Ver a respeito, Christopher A. Hall, *Lendo as Escrituras com os Pais da Igreja*, Viçosa: Ultimato, 2000 [original inglês 1998].

constituem a ciência contemporânea: a classificação que vê o que já conhece ou que deseja conhecer”.⁴

Dessa lógica eurocêntrica colonizadora resultaram algumas concepções que ainda hoje habitam o imaginário: que os povos distantes tem uma “cosmovisão mítica” ou “cosmovisão primitiva” anterior ao pensamento científico; que suas narrativas míticas contêm elementos do irracional; que suas representações imaginativas representam uma mentalidade pré-lógica ou mesmo a-lógica.⁵ Este sistema de classificação obviamente estava no interesse dos próprios grupos europeus que buscavam contato e expansão junto a estes novos espaços longínquos. Vários antropólogos ou mesmo missionários-antropólogos tinham suas pesquisas custeadas por companhias comerciais inglesas, francesas ou alemãs.

As conseqüências desta lógica classificatória não permaneceram somente no mundo científico, mas, como em geral, tomaram forma em sistema de dominação e de leis. A afirmação de que os índios ou os aborígenes da Austrália, da Nova Caledônia e dos negros originários na África colonial, por causa de sua cosmovisão mítica, estão na “infância da humanidade” provocou a sua exclusão do pleno exercício de seus direitos no mesmo período em que na França e na América do Norte se proclamava a universalidade de direitos humanos.⁶ Tais políticas coloniais perduraram ao longo da primeira metade do século XX.

A percepção gradual das conseqüências nefastas de enunciados da antropologia evolucionista certamente ajudou a provocar uma reviravolta na segunda metade do século quanto à avaliação do que seja mito. Vamos apontar alguns exemplos. Um estudioso como Ernst Cassirer (1874-1945), em sua obra *Formas conceituais do pensamento mítico*, de 1922, já fala de uma lógica do pensamento mítico. O italiano Rafael Pettazzoni (1883-1959), em sua obra *Verdade do mito*, de 1947-8), o autor afirma que os mitos pertencem a povos que acreditam em deuses, mas observou, em suas pesquisas de campo, que há povo que diferenciam entre histórias falsas e histórias verdadeiras, colocando o mito nesta última categoria. “Os mitos versam sobre a origem das coisas e das instituições” e com isso, a seu modo, são verdadeiros. Essa posição tem semelhança com idéias de Bronislaw Malinowski (1884-1942) quando versa sobre o assunto na obra *O mito na psicologia primitiva*, de 1926. No campo da Teologia, o alemão Rudolf Bultmann que o mito é uma forma de linguagem para transmitir um conteúdo importante. Neste contexto da reviravolta na concepção do mito não se pode deixar de mencionar as valiosas contribuições de Claude Levi Strauss, especialmente em sua obra *Mito e linguagem social*.⁷

De grande importância para a concepção positiva do mito na segunda metade do século XX foram os trabalhos do austríaco Carl Gustav Jung (1875-1961). Especialmente a partir de seus estudos e contatos com a Índia, este estudioso

⁴ Vitor Westhelle *apud* Oneide BOBSIN, Aquém da essência e da transcendência. In: *Fenômeno religioso e metodologias*, São Leopoldo, EST; Sinodal, 2009, p. 62-3.

⁵ Sobre isso pode-se ver J. Severino CROATTO, *Linguagens da experiência religiosa*, São Paulo, Paulinas, 2001, p. 181-207.

⁶ Ver a respeito Lynn HUNT, *A invenção dos direitos humanos*, São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

⁷ Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, s.d.

afirmou que o arquétipo, isto é, “disposições inatas que produzem representações similares; estruturas universais e idênticas da psique”⁸, “essa prodigiosa herança da evolução do gênero humano, que renasce em cada estrutura individual”⁹, constituem elementos fundamentais do mito. Os mitos enquanto narrativas são como que os condutores dos arquétipos. Para Jung, portanto, o mito faz parte da linguagem da alma, da psique, da interioridade, sendo, pois, expressão em todas as pessoas em todos os tempos e lugares.

Destaque merece no conjunto da temática em tela e especialmente no contexto de um Congresso Internacional de Ciências da Religião a duradoura contribuição do romeno ortodoxo Mircea Eliade (1907-1986), em muitas de suas obras, mas especialmente em *O sagrado e o profano* e *Tratado de história das religiões*, de 1949. Para ele, o mito é um forma de linguagem que capta e racionaliza, em linguagem própria, uma estrutura transcendental. Ele fala de “arquétipos míticos”, que se referem a acontecimentos primordiais que o *homo religiosus* vive e revive em momentos instauradores de sua própria realidade.

Além de Eliade, também o alemão Rudolf Otto merece menção, sem esquecer do francês Claude Lévi Strauss. Na atualidade, o americano Joseph Campbell, especialmente na sua obra *As máscaras de Deus*, procura evidenciar como o mito e a sua linguagem adentram as formas de manifestação mesmo em contextos tidos como ‘modernos’ ou ‘avançados’ como a Europa e os Estados Unidos da América nas últimas décadas. O saudoso pesquisador argentino J. Severino Croatto tem o seu crédito nos estudos sobre o mito não por último por conta de sua obra conhecida obra *As linguagens da experiência religiosa*, de 2001. Destaque merecem ainda as importantes contribuições da inglesa Karen Armstrong, especialmente na sua obra *Uma breve história do mito*, de 2005.

Essas reviravoltas na pesquisa do mito, direta ou indiretamente, estão relacionadas com avanços no campo da epistemologia. Por conta dos desastres humanos que constituíram as atrocidades humanas durante as duas guerras mundiais, a confiança exacerbada do Iluminismo e do Positivismo no *cogito*, na racionalidade, entrou em descrédito na segunda metade do século XX. Especialmente as contribuições de Hannah Arendt sobre a condição humana levaram a falar de um *cogito ferido*,¹⁰ isto é uma racionalidade alquebrada, que necessita de olhar por atalhos para se compreender a si mesma. Muito elucidativas a esse respeito são as contribuições do francês Paul Ricoeur, falecido recentemente.

Mas também contribuições no campo das ciências ‘duras’ como o princípio da indeterminação de Heisenberg ou o princípio da relatividade de Einstein ajudaram a soçobrar as certezas da determinação racional do objeto. Se a racionalidade científica do paradigma ocidental eurocêntrico não consegue mais, a partir de seus próprios pressupostos, determinar com certeza a realidade de um objeto, há que se buscar um olhar mais amplo. As contribuições da chamada *teoria da complexidade* em ligação com o francês Edgar Morin e outros são indicativas para a necessidade de se buscar outras formas de conhecimento na diversidade dos povos do mundo. O português

⁸ Symbole der Wandlung, 1952, p. 260.

⁹ *Seelenprobleme der Gegenwart* [A psiquê e seus problemas atuais], 1929, p. 175.

¹⁰ Significativa neste sentido é a reflexão de Paul RICOEUR.

Boaventura Sousa Santos, especialmente em sua obra *A crítica da razão indolente*, e em sua metodologia da 'sociologia das ausências', chama a atenção para o fato de que o próprio paradigma científico ocidental produz não-ausências, isto é desperdiça experiências da diversidade e criatividade dos povos e nações, submetendo todo o real à crivo da monocultura do pensamento ocidental. Segundo este importante pensador ibérico, há a necessidade de uma "ecologia dos saberes" capaz de integrar a riqueza das experiências de tantos povos, cujas formas de apreensão e compreensão de mundo foram marginalizadas ante a escala eurocêntrica.

Considero importante essas indicações para além do estrito campo do estudo sobre o mito para mostrar que transformações em um campo particular de pesquisa em geral estão em sintonia com outras descobertas e avanços. Poderíamos ainda indicar para o campo mais recente das neurociências em sua ligação com os estudos específicos sobre o fenômeno religioso.

Nesta linha de uma abertura para a diversidade das experiências e compreensões dos diferentes povos ao longo do tempo e em espaços distintos, pode-se aqui trazer um citado de uma obra de Leonardo Boff, que, apesar de todas as polêmicas, no Brasil é um dos estudiosos do fenômeno humano e religioso em perspectiva inter e multidisciplinar. Numa formulação que supera o positivismo da segunda metade do século XIX e primeira metade do século XX, Boff afirma:

"A humanidade abriu muitos caminhos na decifração da essência do ser humano. Serviu-se das artes, da pintura nas cavernas rupestres, dos desenhos em vasos de barro. Expressou-se pelos grandes monumentos, por miniaturas de marfim e por uma gama imensa de músicas folclóricas. Utilizou a palavra através dos mitos, fábulas, poesia e narrativas. Usou o pensamento através da filosofia e das cosmovisões. As religiões, através dos mitos da criação, do fim do mundo e da plasmação do ser humano, ofereceram as decifrações mais ousadas da natureza humana".¹¹

Com isso podemos, agora, dar um passo a mais e focar a questão da estrutura e da historicidade do mito.

Estrutura e historicidade do mito

Após estas reviravoltas na pesquisa sobre o mito, trabalha-se fundamentalmente com a concepção de que 'mito' é uma forma *intelectual* de apreensão do mundo assim como a arte, a poesia, a ciência e a religião. Numa definição formal tomada de Eliade e especialmente também de Croatto, deve-se considerar que o mito pertence à ordem literária, seja da cultura escrita ou oralidade. Mitos são narrativas, histórias, que contam ou relatam eventos tidos como fundamentais para determinada cultura para sua própria ordem do mundo. Mitos, contudo, diferenciam-se formalmente da fábula, do conto de fadas, da lenda ou da saga. Mitos tem lógica própria, diferenciada do pensamento científico ou racional. O mito é uma forma de expressão do gênio humano.

¹¹ Leonardo BOFF. Saber cuidar: ética do humano: compaixão da terra. Petrópolis: Vozes, 1999, p. 36.

Como uma definição de trabalho acerca do mito trabalho aqui com a seguinte: mito é um *relato* de um *acontecimento originário*, no qual os *deuses* [ou *heróis fundantes*] *agem* e cuja finalidade é *dar sentido* a uma realidade significativa [na atualidade de quem constrói o mito e de quem, por meio do rito, se apropria e se submete a este conteúdo como ‘verdadeiro’].

Mas também podemos nos valer das definições de dois teóricos dos estudos sobre o mito. O romeno Mircea Eliade diz que o mito:

“(...) 1. Constitui a história dos atos dos seres sobrenaturais; 2. Que essa história é considerada verdadeira e sagrada; 3. Que o mito se refere sempre a uma criação, conta como algo começou a existir, ou como um comportamento, uma instituição ou um modo de trabalhar foram fundados, é por isso que os mitos constituem os paradigmas de todo ato humano significativo. 4. Que conhecendo o mito conhece-se a origem das coisas (...); 5. Que de uma maneira ou de outra vive-se o mito no sentido em que se fica imbuído de força sagrada e exaltante dos acontecimentos evocados e ritualizados.”¹²

Convergindo nos aspectos principais, Bronislaw Malinowski afirma:

“(...) o mito, tal como encontramos numa comunidade (...) quer dizer, na sua forma primitiva, não é unicamente uma história contada, mas uma realidade vivida. Não é a natureza de uma ficção, tal como lemos hoje em dia num romance, mas é uma realidade vivida, que se crê ter acontecido nos termos recuados, e que continua a influenciar o mundo, e os destinos humanos”.¹³

Mitos pertencem à ordem literária. São narrativas hermeneuticamente construídas. Podem ser orais ou escritos. A oralidade também produz ‘literatura’, embora na cultura ocidental a afixação por escrito seja a regra. Na origem da maioria dos mitos deve-se considerar a oralidade como modo originário de transmissão. Marcel Detienne, em sua obra *A invenção da mitologia*,¹⁴ chama a atenção para o fato de que, antes da afixação por escrito, uma prática que ele localiza especialmente na Grécia da época de Platão e de sua *A República*, os mitos tinham o seu lugar na cultura da oralidade, servindo fundamentalmente como intervenções sociais. Na cultura oral, apesar de sua fidelidade a um texto fundante, não se pode falar de texto original, pois cada apresentação performática constitui um ‘novo texto’.

Dizer que os mitos pertencem à ordem literária ou que são ‘hermeneuticamente construídos’ significa dizer que eles são expressão da racionalidade ou da criatividade humana. Enquanto produtos literários, os mitos têm um ‘mundo histórico’ relativo aos

¹² Mircea ELIADE. *Aspectos do mito*. Lisboa: Edições 70, 1989, p. 23.

¹³ Bronislaw MALINOWSKI. *Magia, ciência e religião: perspectivas do homem*. Lisboa: Edições 70, 1988, p. 103.

¹⁴ Original francês de 1992. 2ª edição brasileira, Brasília: UnB; Rio de Janeiro: José Olympio, 1998.

produtores ou construtores do mito e um 'mundo do texto', que se refere ao conteúdo daquilo que é tecido no texto oral ou escrito.

O 'mundo histórico' é o recorte no tempo e no espaço em que o mito foi produzido. Quando se faz a pergunta: "o que é histórico no mito?", a resposta deveria ser: histórico no mito é o fato de que em algum tempo e em algum lugar determinado um autor ou uma comunidade construiu uma narrativa mítica. Neste 'mundo histórico', isto é, situado na 'realidade', em um ambiente concreto, estão os sujeitos produtores do mito. São pessoas que projetam determinadas construções ou representações (simbólicas) para dentro do relato mítico. São intérpretes de sua realidade.

O 'mundo do texto' é o ambiente imaginário no qual se desenrola a narrativa mítica propriamente dita. O 'mundo do texto' é o ambiente ou o palco no qual atuam determinados personagens alocados na narrativa mítica. Aqui se pode levantar a pergunta: "o que é imaginário no mito?". A resposta deveria ser: imaginário no mito é o conteúdo do relato mítico. Os eventos narrados são imaginários; são acontecimentos fictícios. São imaginários na medida em que eles sucedem em um ambiente, um tempo e um espaço especialmente esboçado para o 'mundo do texto' do mito. Em geral, é o mundo das origens, o 'tempo original'. Os que projetam o mito, isto é os construtores ou 'mitoplasmas', são os que esboçam o tempo e espaço do 'mundo do texto' mítico. Os construtores do mito são intérpretes de sua realidade; como intérpretes estão, em geral, em posição de 'formadores de opinião' no seu respectivo contexto. Nesse processo de criação de mitos, em geral se obedece a determinados padrões de forma.

Em termos formais, os mitos são pequenas histórias; são narrações. Mitos têm semelhanças com lendas, contos e novelas, mas delas se distinguem formalmente. Nos mitos, os personagens considerados fundantes de determinada cultura são alocados como atuantes justamente no 'tempo das origens'. Este pode ser a origem de tudo ou a origem de um aspecto cultural ou civilizatório, dependendo disso a classificação do mito em 'cosmogônico' ou 'civilizatório'. Em geral, os aspectos culturais ou civilizatórios acabam se tornando 'históricos' na medida em que são culturalmente adotados como práticas históricas comprovadas na referida cultura. Neste sentido afirma Croatto: "mito é o relato de um acontecimento originário em que os deuses atuam".¹⁵

Quando se levanta a pergunta: "o que é histórico no imaginário do mito?" A resposta deveria ser: mitos podem aproveitar elementos ou fragmentos históricos na construção do 'mundo do texto', o que, como já sabemos, é imaginário. Assim, um personagem originalmente histórico pode ser ambientado no mito, embora com essa ambientação tal personagem já vai adquirindo traços míticos, quer dizer, aquele personagem já não corresponde pura e simplesmente à sua analogia histórica, mas passa por um processo de 'crescimento hermenêutico'. Também elementos topográficos específicos podem ser alocados no relato, como, por exemplo, uma montanha, um rio, uma lagoa, uma árvore, uma planta, determinado edifício ou mesmo uma cidade inteira. Também tais elementos naturais ganham contornos míticos, isto é, sua apresentação não é estritamente 'histórica', mas 'mítica' no sentido de que ao elemento natural são atribuídas características simbólicas. O

¹⁵ CROATTO, O mito como interpretação da realidade, p.17.

elemento natural ganha um novo, segundo sentido, obedecendo-se ao processo típico de simbolização ou de constituição de um símbolo.

Em relatos míticos há sempre (?) o aproveitamento de elementos simbólicos. Em geral, o símbolo introduzido ou aproveitado num mito tende a ter a sua polissemia reduzida a determinado aspecto intencionado pelos produtores do mito. O símbolo, contudo, não perde por completo essa sua polissemia intrínseca. Isso significa que, embora os produtores do mito tenham a intenção de projetar no mito determinado aspecto positivo ou negativo do símbolo, o símbolo continua potencialmente aberto à produção de múltiplos sentidos, obedecendo-se a regras e procedimentos próprios no campo da interpretação ou da hermenêutica. Em geral, isso significa que os novos ouvintes ou leitores do mito podem acessar a polissemia do elemento simbólico a partir de suas próprias perguntas existenciais (*intentio lectoris*), que podem divergir da intenção dos autores (*intentio auctoris*).¹⁶

Também arquétipos são materiais geralmente aproveitados na construção de mitos. Com isso, os mitos ganham contornos de ‘universalidade’, pois, em geral, os arquétipos, como expressão do inconsciente coletivo, são encontráveis em muitas ou em quase todas as culturas, embora apresentando variações formais.

É característico dos mitos a retroprojeção do ‘mundo do texto’ para o um momento ou ‘tempo originário’. Quando se trata de mitos cosmogônicos, a retroprojeção dos acontecimentos imaginários no mundo do texto é feita para o *illud tempus* mais remoto e originário na concepção daquela cultura. Por isso, tais mitos sempre começam com alguma afirmação que tende a reproduzir algo como *in illo tempore*, “naquele tempo”, “no início”, etc. No caso de mitos civilizatórios, a retroprojeção é feita para um determinado momento e espaço no passado remoto daquela da coletividade que produz o mito. “O originário é o grande espelho no qual o povo se olha para “recriar-se” sempre de novo”.¹⁷ Neste sentido, mitos funcionam como modelos para a realidade.

A retroprojeção tem o objetivo de dar respostas para perguntas no tempo contemporâneo dos produtores do mito. Essas respostas devem ser derivadas ou deduzidas do enredo imaginário do mito. Os seres sobrenaturais ou primordiais que atuam no mito tomam decisões indicativas para solução de questões emergentes à época da produção do mito (mundo histórico). As respostas derivadas do mito querem responder a essas perguntas na forma de instauração de sentidos e de práticas, de interdição de práticas e procedimentos; em geral, as respostas buscam estabelecer uma ordem dominante para a coletividade que produz o mito ou para a qual o mito é produzido como forma de intervenção social e produção de consensos amparados numa sinergia de representação de poder dos mitoplasmas e de cooperação por parte da própria comunidade.

Mitos podem sofrer transformações. Basta ver as análise de Marilena Chauí sobre o ‘verde amarelismo’ no Brasil.

¹⁶ Ver a respeito Umberto ECO, *Interpretação e superinterpretação*.

¹⁷ J. S. CROATTO, *O mito como interpretação da realidade*, p.17. [RIBLA 23, 1996]

Como ordenamento simbólico da realidade, mitos podem ser lidos a partir da tessitura de sentido proposta pelos mitoplasmas. Neste sentido, se falaria de ler os mitos a partir da *intentio auctoris*. Mitos, porém, também ser lidos pelo reverso, privilegiando aspectos transgressivos ou subversivos da ordem intencionalmente pretendida pela construção simbólico do mundo do texto do mito. Aí se falaria de *intentio lectoris*, ou seja, a valoração de determinados aspectos a partir da ótica de quem ouve ou lê a narrativa mítica. Exemplo claro para isso é o mito de Prometeu.

Como forma de intervenção social, o mito pressupõe a proximidade com o rito. Este é seu ambiente propício de intervenção. Os mitos têm (tinham) seu lugar na recitação, na leitura pública, no canto ritual, nas danças.

Com a intervenção social continuada por meio dos ritos grupais, comunitários ou nacionais, os mitos ajudam a formar a 'tradição'. O universo simbólico acaba 'povoando' o imaginário dos membros da comunidade. A tradição continuada e para além das fronteiras étnico-culturais engendram uma espécie de 'imaginário universal', como se deu, por exemplo, com os mitos gregos. Também se pode pensar aqui nos relatos em estrutura mítica próprios da cultura religiosa judaico-cristã, como por exemplo o mito da criação em Gênesis. 'Tradição' é o caldeirão simbólico construído ou "inventado" (Hobsbawn)¹⁸, e, em geral, cuidadosamente guardado por agentes reprodutores ligados à estrutura de poder, tanto no ambiente religioso (santuários) ou profanos (academia e instalações cívicas).

Pode-se, assim, dizer que o mitos têm funções diversas, entre as quais podemos destacar: O mito é instaurador de sentidos válidos para quem aceita os referidos relatos como 'verdadeiros'; o mito quer tirar o medo da anomia e conferir segurança; o mito busca ordenar a realidade; por meio do mito, os produtores ou mitoplasmas querem fazer com que as pessoas façam; os mitos, pois, direcionam o comportamento.

Assim, concluindo esta parte, pode-se retomar Platão e dizer que este filósofo eleito como ancestral da matriz eurocêntrica ou do pensamento ocidental defende uma "moral de iluminação espiritual", via filósofos. Esta moral é deduzida, pelo conhecimento transcendental, a partir do mundo ideal. Não há efetivamente, em Platão, uma superação da mitologia para a racionalidade. Há um processo dialético, em que se substitui a mitologia não desejada pela mitologia oficial, dando origem à mitologia política.

A influência das idéias de Platão pode ser dividida, hoje, em três fases, conforme a historiografia filosófica: "platonismo", "médio-platonismo" e "neoplatonismo".

- 1º) Sob o nome PLATONISMO tem-se em vista indicar a filosofia de Platão e da sua escola, isto é, os filósofos que se situam entre o século IV e a primeira metade do século I a.C. A Academia platônica tinha a forma de uma congregação religiosa consagrada a Apolo e às musas. Aproximadamente um século depois da morte do fundador (348 a.C.), a Escola enveredou para o ceticismo sob a direção de Arciselaus (século III).

¹⁸ Hobsbawn, A invenção das tradições.

- 2º) O MÉDIO-PLATONISMO é a forma de platonismo que nasce depois da morte de Antíoco de Ascalona (filosofia acadêmico eclético do século I a.C.) e que se desenvolve até os inícios do século III d.C. É precisamente a este platonismo do “meio” que se remetem os Padres da Igreja para elaborarem racionalmente a mensagem evangélica. Os médio-platônicos, apelando à figura do fundador, apresentam doutrinas que foram elaboradas durante os primeiros tempos do Império.
- 3º) O NEOPLATONISMO é o ‘repensamento’ do platonismo, iniciado nos primeiros anos do século III d.C., na escola de Alexandria de Amônio Sacas, sistematicamente fundado na escola de Roma de Plotino e desenvolvido posteriormente em diversas escolas e tendências até o século VI d.C. Esta tripartição do “platonismo” é um indício de diferenças entre as posições filosóficas sustentadas no âmbito do platonismo imperial e as doutrinas originárias de Platão, havendo, contudo, convergências quanto às idéias fundamentais.

ARISTÓTELES

Aristóteles nasceu em Estagira, em 384 a.C. É filho de médico, “piluleiro”, portanto, não pertencente à classe aristocrática. Cedo foi submetido ao oráculo para ver o que deveria fazer em vida, indicando-se o estudo da Filosofia. Buscou Platão, absorvendo suas idéias por mais de 10 anos. Ao final da vida de Platão começou a divergir do mestre, sendo por este até designado como “potro que golpeia a própria mãe”.

Um dos legados do pensamento de Aristóteles, que comunga com Platão e com os demais, é a idéia da existência de um “motor imóvel” que deve ser considerado como a causa não só de todas as coisas (panta), mas de tudo (holos). Esta idéia do motor imóvel veio a ser confundido com a idéia do Deus criador da tradição cristã na fase da recepção de idéias filosóficas gregas nos séculos iniciais da era cristã. Em Aristóteles, contudo, não se trata de um ser, muito menos um ser pessoal, mas de uma causa originária de tudo o que existe. Aí reside uma de suas facetas da ‘afinidade eletiva’ entre Aristóteles e o cristianismo.

Outra grande contribuição de Aristóteles consiste no fato de que ele inicia seu conhecimento pelas dimensões mais próximas (empíria). Por isso, o pintor Rafael retratou-o indicando para baixo. A ciência inicia com a análise das dimensões da natureza.

Aristóteles divide a produção do conhecimento humano em 3 ramos distintos:

- **Heurística** ou ciência teórica: Teologia (Metafísica, Lógica, etc), Matemática (Aritmética, Geometria), Ciência natural (Biologia, Botânica, Química, etc.). Aqui busca-se sempre um conhecimento no interior de um objeto e no próprio sujeito. O modo de expressão lógica dos reconhecimentos na Heurística é a ‘lógica’ ou o silogismo, que segue alguns princípios: princípio da não

identidade: um ser é sempre idêntica a si mesmo: A é A; Princípio da não contradição: impossível que um ser seja e não seja idêntico a si mesmo ao mesmo tempo e na mesma relação: A não é -A; Princípio do terceiro excluído: dadas duas proposições com o mesmo sujeito e o mesmo predicado, uma afirmativa e outra negativa, uma delas é necessariamente verdadeira e a outra necessariamente falsa .

- **Política** ou ciência prática: Ética, Política, etc. Trata-se do manejo de conhecimento no campo das relações entre as pessoas e os grupamentos. Fundamentalmente se pressupõem os arranjos de poder dentro de determinação constelação social.
- **Estética** ou produtiva: Arte, Retórica, etc. Trata-se da produção de objetivos externos aos sujeitos, nos quais estão condensadas percepções. A estética, contudo, não expressa verdadeiro conhecimento, estando por demais vinculadas à subjetividade.

LEGADOS DA FILOSOFIA GREGA AO OCIDENTE¹⁹

- A Natureza opera obedecendo leis e princípios necessários e universais, isto é, os mesmos em toda parte e em todos tempos.
- As leis necessárias e universais da Natureza podem ser plenamente conhecidas pelo nosso pensamento, isto é, não são conhecimentos misteriosos e secretos que precisam ser revelados, podendo ser alcançados pelo uso da razão.
- O pensamento também opera obedecendo a leis, regras e normas universais e necessárias, segundo as quais pode-se distinguir o verdadeiro do falso. => Pensamento lógico que segue leis lógicas.
- As práticas humanas, isto é, a ação moral, a política, as técnicas e as artes dependem da vontade livre, da deliberação e da discussão, da nossa escolha passional ou racional.
- Os acontecimentos naturais e humanos são necessários, porque obedecem a leis naturais ou da natureza humana, mas também podem ser contingentes ou acidentais, quando dependem das escolhas e deliberações dos homens, em condições determinadas.
- Os seres humanos, por Natureza, aspiram ao conhecimento verdadeiro, à felicidade, à justiça, isto é, que os seres humanos não vivem nem agem cegamente, mas criam valores pelos quais dão sentido às suas vidas e às suas ações.

¹⁹ Baseado em Marilena Chauí, Convite à Filosofia, p. 22.

Goiânia, 08 de março de 2010.